

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO



CENTRO DE ESTUDOS DE
FÁTIMA

R. do CEF
Moita Redonda
2495 - 651 Fátima

Tel: 249539510
Fax: 249539519
E-mail: cef@cef.pt

ÍNDICE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	1
I. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA	2
II. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	8
III. PONDERAÇÕES POR DOMÍNIO	16
IV. POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO DA ESCOLA	20
ANEXO 1 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	1
<i>Rubrica de Avaliação do DEBATE / FÓRUM</i>	2
<i>Rubrica de Avaliação da DRAMATIZAÇÃO / ROLE PLAY / JEUX DE SIMULATION</i>	2
<i>Rubrica de Avaliação da EXPOSIÇÃO ORAL</i>	3
<i>Rubrica de Avaliação da APRECIÇÃO / OPINIÃO ORAL</i>	4
<i>Rubrica de Avaliação da EXPRESSÃO ORAL (exposição/apresentação oral; dramatização; role-play; ...) em Línguas Estrangeiras</i>	5
<i>Rubrica de Avaliação da APRESENTAÇÃO ORAL (em Ciência)</i>	6
<i>Rubrica de Avaliação da LEITURA EXPRESSIVA</i>	7
<i>Rubrica de Avaliação da EXPOSIÇÃO ESCRITA</i>	8
<i>Rubrica de Avaliação da APRECIÇÃO/OPINIÃO ESCRITA</i>	9
<i>Rubrica de Avaliação da NARRAÇÃO</i>	10
<i>Rubrica de Avaliação da DESCRIÇÃO</i>	11
<i>Rubrica de Avaliação do RESUMO</i>	12
<i>Rubrica de Avaliação da SÍNTESE</i>	13
<i>Rubrica de Avaliação da CARTA /do E-MAIL</i>	14
<i>Rubrica de Avaliação do RELATÓRIO</i>	15
<i>Rubrica de Avaliação da MEMÓRIA DESCRITIVA</i>	16
<i>Rubrica de Avaliação da EXPRESSÃO ESCRITA em Línguas Estrangeiras</i>	17
<i>Rubrica de Avaliação da APRESENTAÇÃO ESCRITA/MULTIMÉDIA (em Ciência)</i>	18
<i>Rubrica de Avaliação do TRABALHO de PESQUISA (AVALIAÇÃO DO PRODUTO)</i>	19

<i>Rubrica de Avaliação do TRABALHO de PROJETO</i>	20
<i>Rubrica de Avaliação do PROCESSO de TRABALHO em GRUPO</i>	20
<i>Rubrica de Avaliação do PROCESSO de TRABALHO INDIVIDUAL</i>	21
<i>Rubrica de Avaliação do DESEMPENHO na ATIVIDADE LABORATORIAL</i>	21
<i>Rubrica de Avaliação do DOSSIÊ/CADERNO DE REGISTOS/PORTEFÓLIO</i>	22
<i>Rubrica de Avaliação do PORTEFÓLIO ARTES VISUAIS</i>	23
<i>Rubrica de Avaliação do ATLETISMO</i>	24
<i>Rubrica de Avaliação da APTIDÃO FÍSICA</i>	25
<i>Rubrica de Avaliação da SITUAÇÃO DE JOGO (Formal ou Reduzido)</i>	26
<i>Rubrica de Avaliação do EXERCÍCIO CRITÉRIO</i>	27
<i>Rubrica de Avaliação da COREOGRAFIA</i>	28
<i>Rubrica de Avaliação da ARBITRAGEM</i>	29
<i>Rubrica de Avaliação do RESOLUÇÃO de EXERCÍCIOS/PROBLEMAS</i>	29
<i>Rubrica de Avaliação da COMUNICAÇÃO MATEMÁTICA</i>	30
<i>Rubrica de Avaliação da RESOLUÇÃO de PROBLEMAS MATEMÁTICOS</i>	30
<i>Rubrica de Avaliação do RACIOCÍNIO MATEMÁTICO EM SALA DE AULA</i>	31
<i>Rubrica de Avaliação da COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E FALA (para Alunos com ACS)</i>	32
<i>Rubrica de Avaliação da APRENDIZAGEM GERAL E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS (para Alunos com ACS)</i>	33
<i>Rubrica de Avaliação da REALIZAÇÃO DE TAREFAS (para Alunos com ACS)</i>	34
<i>Rubrica de Avaliação do DOSSIÊ DE TRABALHO E CADERNO DA DISCIPLINA (para Alunos com ACS)</i>	35
<i>Rubrica de Avaliação do RELATÓRIO DA PAP</i>	36
<i>Rubrica de Avaliação do DEFESA ORAL DO PROJETO (PAP)</i>	37
<i>Rubrica de Avaliação do RELATÓRIO DA FCT</i>	38
<i>Rubrica de Avaliação do PROCESSO DE TRABALHO DA FCT</i>	39
<i>Rubrica de Avaliação de ATITUDES E VALORES</i>	40
ANEXO 2 – PONDERAÇÕES POR DISCIPLINA E POR DOMÍNIO	1
Disciplina: Português	2
Disciplina: Português Língua Não Materna - PLNM	3
Disciplina: Francês	4
Disciplina: Inglês	5
Disciplina: Economia A	6
Disciplina: Sociologia	7
Disciplina: Área de Integração	8

Disciplina: Educação Moral e Religiosa Católica _____	9
Disciplina: História _____	10
Disciplina: História A _____	11
Disciplina: Filosofia _____	12
Disciplina: Geografia _____	13
Disciplina: Geografia A _____	14
Disciplina: Cidadania e Desenvolvimento _____	15
Disciplina: Matemática _____	16
Disciplina: Matemática A/Matemática Aplicada às Ciências Sociais _____	17
Disciplina: Física e Química A, Química, Física _____	18
Disciplina: Física e Química _____	19
Disciplina: Ciências Naturais, Biologia, Biologia e Geologia _____	20
Disciplina: Tecnologias de Informação e Comunicação _____	22
Disciplina: Aplicações Informáticas B _____	23
Disciplina: Oferta Complementar - Robótica _____	24
Disciplina: Educação Visual _____	25
Disciplina: Geometria Descritiva - A _____	26
Disciplina: Educação Física _____	27
Disciplina: Educação Física (alunos com atestado médico) _____	28
Disciplina: Educação Tecnológica _____	29
<i>PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO</i>	
Prova de Aptidão Profissional (PAP) _____	30
Formação em Contexto de Trabalho (FCT) _____	31
Adaptações Curriculares Significativas _____	32

1. Contextualização

O referencial de avaliação do Centro de Estudos de Fátima-CEF, foi construído de forma a desenvolver o **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)**, as **Aprendizagens Essenciais (AE)** de cada disciplina, assim como os Perfis Profissionais e Referenciais de Formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, para a EFP.

Articula os documentos de política educativa nacional com os documentos de autonomia da Escola (n.º 1 do artigo 18.º da portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (Ensino Básico), do artigo 20.º da portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto (Cursos Científico-Humanísticos) e do artigo 22.º da portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto (Cursos Profissionais de Nível Secundário), obedecendo à definição concetual divulgada no **Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação (MAIA)**, conforme explicitada em cada um dos pontos, de forma a respeitar os quatro princípios associados a avaliações de qualidade: **o rigor, a exequibilidade, a adequação ética e a utilidade.**

Está subdividido em quatro pontos:

I. Política de avaliação da Escola.

II. Critérios de avaliação - “Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as *Aprendizagens Essenciais* e as áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*” (n.º 2 dos artigos 18.º, 20.º e 22.º das portarias identificadas no 1.º parágrafo).

III. Ponderações por domínios - “Os critérios de avaliação devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas *Aprendizagens Essenciais*, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver” (n.º 3 dos artigos 18.º, 20.º e 22.º das referidas portarias).

IV. Política de classificação da Escola.

I. Política de avaliação da Escola

Regulamentando o exarado no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, as portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, 226-A/2018, de 7 de agosto e 235-A/2018, de 23 de agosto estabelecem as orientações para a avaliação das aprendizagens dos ensinos básico e secundário regular, assim como para o ensino profissional.

Conceito de Avaliação Pedagógica

A avaliação, em qualquer nível de ensino, só fará real sentido se estiver fortemente articulada, ou mesmo integrada, com o ensino e com a aprendizagem. Assim, a avaliação deve acompanhar todas as práticas pedagógicas e, em particular, os processos de ensino para que estes possam ser contínua e sistematicamente regulados e melhorados. Na verdade, o principal propósito da avaliação pedagógica é estar ao serviço da melhoria das aprendizagens e do ensino. Por isso, a avaliação não pode nem deve ser encarada como um processo isolado ou desligado do currículo e do desenvolvimento curricular.

A **avaliação** é uma prática de construção social; não é uma mera técnica de atribuição de notas (isso é classificação). É um processo eminentemente pedagógico, que coloca questões de natureza política, didática e ética e não pode ser confundida com uma ciência exata, porque não produz resultados certos. Porém, pode e deve ser rigorosa, credível, plausível e útil. Através de certas formas de avaliação sumativa (avaliação das aprendizagens) podem e devem ser recolhidas informações relevantes, rigorosas e credíveis que permitem descrever a qualidade das aprendizagens dos alunos e atribuir-lhes uma dada classificação.

É, por natureza, um processo subjetivo, porque depende do juízo profissional que os docentes formulam acerca da qualidade das aprendizagens dos alunos a partir da informação que recolheram. Porém, o facto de a avaliação ser subjetiva não impede que nos permita obter resultados credíveis, plausíveis, úteis, justos e rigorosos. Na verdade, o rigor em avaliação decorre de:

- diversidade de processos de recolha de informação;
- critérios previamente definidos;

- transparência dos processos;
- articulação com o ensino e com as aprendizagens;
- participação e reflexão.

A avaliação pedagógica integra duas modalidades: ApA (Avaliação para as Aprendizagens) – utilização formativa da avaliação – e AdA (Avaliação das Aprendizagens) – utilização sumativa da avaliação.

A AdA e a ApA não se devem confundir uma com a outra pois, por definição: têm propósitos distintos, ocorrem em momentos distintos, têm uma inserção pedagógica distinta, os seus pressupostos epistemológicos são diferentes, logo a informação que se obtém a partir dos dados de cada uma é também diferente.

Por outro lado, não faz sentido considerar a AdA e a ApA como dicotómicas, uma vez que, por exemplo, ambas contribuem para gerar informação fundamental para distribuir feedback de elevada qualidade a todos os alunos e para, através de inferências, conhecer o que, e como, os alunos aprendem. Por isso, deverão ser consideradas complementares.

Avaliação para as Aprendizagens

A **ApA (Avaliação para as Aprendizagens)** – Avaliação formativa – é uma avaliação de proximidade, que tem como propósito melhorar a aprendizagem, permitindo dar *feedback* de qualidade aos alunos que os apoie a ultrapassar as suas eventuais dificuldades e os seus esforços de aprendizagem. É um processo de recolha e interpretação de evidências que professores e alunos utilizam para determinar em que situação se encontram os alunos, onde se pretende que eles cheguem e qual a melhor forma de lá chegarem.

Características da ApA:

- i) Ocorre *durante* o dia a dia da sala de aula;

- ii) Está *integrada* nos processos de ensino e aprendizagem (é contínua);
- iii) Resulta das *interações* que se devem estabelecer entre alunos e professores;
- iv) Está associada a formas de regulação e de autorregulação, através do *feedback*;
- v) É um processo eminentemente *pedagógico*;
- vi) Exige uma outra forma de trabalhar nas salas de aula, com os alunos mais ativos e participativos na resolução das *tarefas* propostas pelos professores;
- vii) É *criterial* (comparação com critérios) e *ipsativa* (comparação do aluno consigo mesmo - esforço, contexto, progresso);
- viii) Pode ser *informal* (experiências pessoais / subjetividade / interações e conhecimento prático) ou *formal* (deliberada, intencional e programada).

Quando se trata de uma avaliação eminentemente pedagógica, que se desenvolve através do diálogo e da interação social, na proximidade entre alunos e professores, em contextos muito específicos e sem quaisquer propósitos classificativos (avaliação formativa informal – dados intuitivos), então não faz sentido utilizar os seus resultados para a AdA em geral e, muito menos, para efeitos da AdA com fins classificativos. Na verdade, os dados da ApA não devem ser utilizados para fins sumativos, uma vez que esta utilização coloca questões de validade e da fiabilidade.

Condições para a operacionalização da ApA:

1º. Fornecimento de *feedback* inteligente, diversificado, bem distribuído, frequente e de elevada qualidade, tendo em vista apoiar e orientar os alunos no processo de aprendizagem;

Conceito de Feedback

O *feedback* é uma das competências centrais e mais poderosas que o professor deve dominar para garantir uma avaliação formativa com impacto positivo nas aprendizagens dos alunos: por um lado, *no plano cognitivo*, fornece aos estudantes a informação de que eles precisam para

compreenderem onde estão e o que precisam de fazer a seguir; por outro lado, *no plano motivacional*, desenvolve o sentimento de controlo sobre a sua própria aprendizagem e, por conseguinte, aumenta o grau de envolvimento dos alunos através de processos cada vez mais eficazes de autorregulação

No entanto, nem todo o feedback é eficaz e induz efeitos positivos. Ainda que os professores admitam que fornecem *feedback* com muita frequência é fundamental, porém, saber em que medida os alunos o recebem, compreendem e utilizam em prol da melhoria das suas aprendizagens. A eficácia do *feedback* está, pois, relacionada com a perceção que sobre ele têm os alunos, a qual resulta da combinação de fatores tais como: conhecimentos prévios, percurso escolar e representações sobre a escola. O feedback deve:

- Incidir na tarefa, no processo de aprendizagem a que a mesma conduz e estar orientado para a autorregulação. Nunca devem ser feitos comentários pessoais; deve ser criterial ou ipsativo.
- Descrever (não julgar) – identificar pontos fortes e pontos suscetíveis de melhoria.
- Ser “positivo”, construtivo, apresentando sugestões.

A competência de dar *feedback* eficaz não é inata; pelo contrário, aprende-se e desenvolve-se através de uma prática reflexiva, do diálogo com os alunos e do trabalho colaborativo com os pares.

A supervisão pedagógica e a observação de aulas, no âmbito de um trabalho colegial sistemático, são instrumentos poderosos para desenvolver a competência de dar *feedback* eficaz aos alunos.

Saber escolher, em cada circunstância, as melhores opções de *feedback* constitui, pois, um dos principais desafios dos professores em prol de uma avaliação formativa e pedagógica.

2º. Ativação dos processos cognitivos e metacognitivos dos alunos, e de processos complexos do pensamento, indo além de *conhecer* e *compreender* (por exemplo, analisar, sintetizar, avaliar, relacionar, integrar, selecionar, criar);

3º. Interação e comunicação entre professores e alunos, para estabelecer pontes entre o que se considera ser importante aprender e o complexo mundo dos alunos;

4º. Envolvimento deliberado, ativo e sistemático dos alunos no processo do ensino-aprendizagem – responsabilização e fornecimento de amplas oportunidades para elaborarem as suas respostas e para partilharem o que e como compreenderam;

5º. Organização do currículo por tarefas, para utilização de diferentes rubricas e de outros processos de recolha de informação;

Conceito de Processo de Recolha de Informação

Entende-se por processo de recolha de informação qualquer ação formal ou informal, estruturada ou não estruturada, desenvolvida com vista à obtenção de dados relativos às aprendizagens e competências dos alunos, tendo em vista a distribuição de feedback de qualidade.

Os processos de recolha de informação devem ser diversificados (rubricas, questionários, relatórios, fichas de trabalho, intervenções orais, trabalhos de grupo, debates, ...), devendo evitar-se privilegiar-se uns em detrimento de outros.

Destacam-se, neste Referencial, um processo de recolha estruturada e formal de dados, as rubricas, dado a sua utilização constituir um procedimento bastante simples para apoiar a avaliação de uma grande diversidade de produções e desempenhos dos alunos (Anexo 1).

6º. Promoção de um ambiente de avaliação das salas de aula indutor de uma cultura positiva de sucesso, baseada no princípio de que todos os alunos podem aprender.

Assim, decorrente do anteriormente referido, para implementar na escola a Avaliação para as Aprendizagens, cada área disciplinar deve planificar, registar (sumários) e avaliar (privilegiando a utilização de rubricas), de forma regular e sistemática, dando feedback e proporcionando aos alunos momentos de reflexão das suas aprendizagens (auto avaliação) e dos seus pares (heteroavaliação).

Avaliação das Aprendizagens

A AdA (Avaliação Das Aprendizagens) – Avaliação sumativa – permite-nos elaborar um balanço, fazer uma apreciação global, ou um ponto de situação, acerca do que, num dado momento, os alunos sabem e são capazes de fazer. Os professores são livres de organizar os momentos de avaliação sumativa que entenderem, sendo, no entanto, obrigados a comunicar o resultado dessas avaliações aos pais.

É com base na avaliação sumativa que se tomam decisões relativas à progressão académica dos alunos e/ou à sua certificação no final de um dado ciclo de estudos (vd. ponto IV: **Política de Classificação**). No entanto, para cada domínio em que o aluno não tenha conseguido, no período a que se reporta o balanço, ultrapassar as suas dificuldades, é necessário prever, no período seguinte, momentos em que os dados obtidos são analisados para distribuir *feedback* pelos alunos, tendo em vista a regulação e autorregulação das suas aprendizagens (utilização formativa dos dados de avaliação sumativa) e em que os alunos são chamados a mostrar os seus progressos.

Características da AdA:

- i) É realizada após o ensino, para recolher informação no sentido de formular um juízo acerca do que os alunos aprenderam, podendo ser ou não utilizada para atribuir uma classificação;
- ii) Não está integrada nos processos de ensino e de aprendizagem;
- iii) É pontual (ocorre em certos momentos pré determinados e calendarizados);
- iv) Deve contribuir para apoiar as aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores;
- v) Está centrada nos resultados dos alunos;
- vii) É criterial e normativa (normativa sobretudo quando é externa);
- viii) Produz informação sistematizada e sintetizada, que é registada e tornada pública, acerca do que se considerou ter sido aprendido pelos alunos.

Condições para a operacionalização da AdA:

A avaliação mais formal, isto é, deliberada e propositadamente organizada para que possamos vir a formular um juízo acerca do valor e do mérito de um dado objeto, tende a seguir a chamada lógica das ciências ditas exatas. Isto significa que ela se baseia em critérios, procura a objetividade e utiliza dados de natureza quantitativa que devem ser estruturados através de uma diversidade de processos de recolha de informação, com particular destaque, neste referencial, para as rubricas e os questionários.

O facto de um aluno não saber algo no decorrer de uma aula não deve ser utilizado como uma informação negativa para o balanço que se faz em termos de uma avaliação sumativa. O que, na hora do balanço, verdadeiramente interessa é saber:

- a) se o aluno ficou a saber;
- b) como é que ultrapassou as dificuldades;
- c) as razões que poderão ter impedido que assim acontecesse;
- d) o que foi efetivamente feito pelo aluno e pelo professor para dissipar as dificuldades.

O processo de avaliação é conduzido pelo professor ou equipa de professores responsáveis pela organização do ensino e da aprendizagem, segundo os critérios e as ponderações definidos em Conselho Pedagógico, envolvendo, também os alunos e respetivos encarregados de educação.

Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da Escola, bem como outras entidades de acordo com o disposto nos Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho.

II. Critérios de avaliação

A avaliação, a aprendizagem e o ensino são três processos pedagógicos incontornáveis e fundamentais que devem ser devidamente compreendidos por todos os intervenientes nos sistemas educativos (e.g., docentes, gestores escolares, decisores políticos, encarregados de educação). O processo de avaliação é orientado pelos critérios de avaliação que aqui se apresentam, e que foram elaborados pelo Conselho Pedagógico, sob proposta dos grupos disciplinares e departamentos.

Conceito de Critério de Avaliação

Os **critérios** são afirmações que traduzem o que é verdadeiramente relevante aprender. Explicitam aquilo que se deseja que aconteça, um ideal a alcançar. São os padrões de aprendizagem que consideramos desejáveis em relação a um domínio e que todos os alunos deverão ter oportunidade de alcançar. Os critérios são importantes referenciais de aprendizagem que devem ser definidos durante o processo de planificação do ensino, ser transparentes e do conhecimento dos alunos. São os critérios que indicam aos alunos o que eles têm de aprender e saber fazer, uma vez que são informações que permitem que os alunos e os professores orientem os seus esforços de aprendizagem e de ensino, pois identificam o que se consideram ser as características ou os atributos que o desempenho dos alunos deve ter quando estão a trabalhar numa dada tarefa de avaliação. Estão focados nas características da aprendizagem que a tarefa permite evidenciar, para especificarem os aspetos mais relevantes que são avaliados por ela.

A sua definição constitui um processo complexo e difícil, mas incontornável, pois a avaliação tem de ter como referência fundamental os referidos critérios. Os critérios, e a sua definição, estão sustentados no projeto educativo da escola e implicitamente na Visão de escola, mas têm de ter em conta os documentos curriculares referência como, por exemplo, a definição de *Aprendizagens Essenciais*, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e os domínios do currículo.

Correspondência entre os Critérios de Avaliação e as Áreas de Competências do PASEO

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS PASEO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO CEF					
Linguagens e textos	CORREÇÃO	COESÃO	DICÇÃO	EXPRESSIVIDADE		
Informação e comunicação	PERTINÊNCIA	FLUÊNCIA	COMPREENSÃO	ESTRUTURAÇÃO	CONSISTÊNCIA	REFERENCIAÇÃO
Raciocínio e resolução de problemas	OBJETIVIDADE	COMPLETUDE	INTERPRETAÇÃO	SISTEMATIZAÇÃO	COERÊNCIA	
Pensamento crítico e	PERSUASÃO	REFLEXÃO	ANÁLISE	RACIOCÍNIO		
Pensamento criativo	CRIATIVIDADE					
Relacionamento interpessoal	PARTICIPAÇÃO	RELACIONAMENTO	COOPERAÇÃO			
Desenvolvimento pessoal e autonomia	ORGANIZAÇÃO	AUTONOMIA	RESPONSABILIDADE			
Bem-estar, saúde ambiente	RESILIÊNCIA	PERSISTÊNCIA	NEGOCIAÇÃO			
Sensibilidade estética e artística	DOMÍNIO (materiais e técnicas)	COMPOSIÇÃO	APRESENTAÇÃO / GRAFISMO			
Saber científico, técnico e tecnológico	RIGOR	ELUCIDAÇÃO	PERCEÇÃO (tempo e espaço)	APROPRIAÇÃO	APLICAÇÃO	EFICÁCIA
Consciência e domínio do corpo	ADEQUAÇÃO	DESTREZA	AMPLITUDE/TEMPO/ Nº	RITMO	CORREÇÃO TÉCNICA E TÁTICA	

Conceito de descritor de desempenho

Critérios e Descritores de desempenho são bastante relevantes para que os alunos compreendam o que é expectável que aprendam e o que é tido em conta na avaliação do seu trabalho. Assim, descritores são especificações que se consideram relevantes, devendo ser tão simples e sucintas quanto possível, do nível de qualidade do desempenho dos alunos numa dada tarefa de avaliação.

Procedimentos relevantes para se definirem critérios de avaliação e respetivos níveis de desempenho:

1. Analisar o que se espera que os alunos devem saber e ser capazes de fazer tendo por referência o currículo e todos os seus elementos ou componentes.

2. Definir critérios (características fundamentais) a partir das aprendizagens a realizar. Deve ficar claro o que os alunos devem ser capazes de fazer nas propostas de trabalho, ou nas tarefas, que lhes são propostas.
3. Selecionar as tarefas ou propostas de trabalho e os procedimentos de recolha de informação que permitam avaliar tão rigorosamente quanto possível o que os alunos devem saber e ser capazes de fazer através dessas tarefas.
4. Ter em conta níveis da qualidade do desempenho dos alunos (por exemplo: muito claro, claro, pouco claro, muito confuso).
5. Encontrar formas de moderação entre os docentes de forma a ser claro para todos o significado de cada critério e dos respetivos níveis de desempenho.
6. Informar os alunos de forma muito clara, através de exemplos, como são avaliados os seus desempenhos nas tarefas que lhes vão sendo propostas. A informação deverá ser fornecida antes de cada tarefa.

Dada a sua relevância para a construção deste Referencial, definimos ainda os seguintes conceitos:

Conceito de objeto de avaliação

De modo geral, os **objetos de avaliação** mais comuns e incontornáveis podem ser considerados em três dimensões, **tendo em conta que as dimensões socioafetivas não se separam destas:**

- a) **conhecimento** dos chamados conteúdos curriculares;
- b) **mobilização** e utilização de conhecimentos na resolução de problemas de natureza diversa;
- c) **desempenhos** relacionados com uma diversidade de expressões (*e.g.*, artes plásticas, teatro, educação física).

A avaliação de cada um destes objetos pode ser realizada através de uma grande diversidade de **tarefas**, tais como: projetos, resolução de problemas, composições, relatórios, testes com diferentes tipos de respostas (escolha múltipla; verdadeiro/falso; correspondência; ensaio; respostas abertas; respostas curtas; respostas longas), uma panóplia de propostas que envolvam desempenhos (*performances*) dos alunos.

Conceito de tarefa

As **tarefas** (simultaneamente de ensino, de avaliação e de aprendizagem) devem ser criteriosamente selecionadas e diversificadas, representando os domínios estruturantes do currículo, ativando os processos mais complexos do pensamento (por exemplo, analisar, sintetizar, avaliar, relacionar, integrar, selecionar, criar – vd. *Taxonomia de Bloom adaptada à era digital*):

- a) Tarefas que permitam avaliar os conhecimentos dos alunos de acordo com o que está previsto no currículo nacional;
- b) Tarefas através das quais os alunos possam mostrar que são capazes de utilizar adequadamente os conhecimentos que aprenderam;
- c) Tarefas através das quais os alunos realizem desempenhos relacionados com uma diversidade de expressões (*e.g.*, artes plásticas, teatro, educação física).

Ou seja, além de estarem de acordo com as aprendizagens essenciais, devem ser desafiantes, motivadoras, diversificadas e ter diferentes níveis de complexidade para ajudar os professores e os alunos a melhor compreender o nível de desempenho alcançado, permitindo ensinar, aprender e avaliar.

Conceito de rubrica de avaliação

São orientações fundamentais, para que os alunos possam regular e autorregular os seus progressos nas aprendizagens que têm de desenvolver. Assim, numa rubrica, deveremos ter sempre dois elementos fundamentais:

- um conjunto coerente e consistente de critérios que se considera traduzirem claramente o que é desejável que os alunos aprendam;
- um conjunto muito claro de descrições de níveis de desempenho para cada um desses critérios.

Permitem desenvolver uma avaliação de referência criterial, podendo ser utilizadas no contexto da avaliação para as aprendizagens (formativa) e das aprendizagens (sumativa); podem ser utilizadas para mobilizar informação para efeitos da atribuição de classificações.

Critérios de avaliação por Rubrica

PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS - RUBRICAS	CRITÉRIOS			
DEBATE/FÓRUM	Rigor	Persuasão	Pertinência	Correção
DRAMATIZAÇÃO/RÔLE PLAY/JEUX DE SIMULATION	Rigor	Criatividade	Adequação	Correção
EXPOSIÇÃO ORAL	Elucidação	Organização	Adequação	Correção
APRECIÇÃO/OPINIÃO ORAL	Persuasão	Organização	Adequação	Correção
EXPRESSÃO ORAL (em Línguas Estrangeiras)	Rigor	Fluência	Adequação	Correção
APRESENTAÇÃO ORAL (em Ciência)	Rigor	Correção	Coerência	Expressividade
LEITURA EXPRESSIVA	Dicção	Fluência	Expressividade	Correção
EXPOSIÇÃO ESCRITA	Elucidação	Pertinência	Coesão	Correção
APRECIÇÃO/OPINIÃO ESCRITA	Persuasão	Pertinência	Coesão	Correção
NARRAÇÃO	Perceção (no tempo)	Pertinência	Coesão	Correção
DESCRIÇÃO	Perceção (no espaço)	Pertinência	Coesão	Correção
RESUMO	Rigor	Pertinência	Coesão	Correção
SÍNTESE	Rigor	Pertinência	Coesão	Correção
CARTA/EMAIL	Rigor	Pertinência	Coesão	Correção
RELATÓRIO	Objetividade	Rigor	Estruturação	Reflexão
MEMÓRIA DESCRITIVA	Rigor	Pertinência	Persuasão	Correção
EXPRESSÃO ESCRITA (em Línguas Estrangeiras)	Rigor	Pertinência	Coesão	Correção
APRESENTAÇÃO ESCRITA/MULTIMÉDIA (em Ciência)	Rigor	Apresentação/Grafismo	Estruturação	Referenciação
TRABALHO DE PESQUISA (Avaliação do Produto)	Compleitude	Estruturação	Rigor	Reflexão
TRABALHO DE PROJETO	Compleitude	Estruturação	Rigor	Criatividade
PROCESSO DE TRABALHO EM GRUPO	Cooperação	Negociação	Resiliência	Responsabilidade
PROCESSO DE TRABALHO INDIVIDUAL	Participação	Autonomia	Responsabilidade	Relacionamento
DESEMPENHO NA ATIVIDADE LABORATORIAL	Responsabilidade	Destreza	Autonomia	Cooperação
DOSSIÊ/CADERNO DE REGISTOS/PORTEFÓLIO	Compleitude	Organização	Reflexão	Correção
PORTEFÓLIO DE ARTES VISUAIS	Domínio (de materiais e de técnicas)	Composição	Análise	Criatividade
ATLETISMO	Cooperação	Correção Técnica	Amplitude/Tempo	Persistência
APTIDÃO FÍSICA	Cooperação	Correção Técnica	Amplitude / Tempo /	Persistência

			Número	
SITUAÇÃO DE JOGO (Formal ou reduzido)	Cooperação	Correção Técnica e Tática	Aplicação (de regras)	Persistência
EXERCÍCIO CRITÉRIO	Cooperação	Correção Técnica	Consistência	Persistência
COREOGRAFIA	Cooperação	Correção Técnica	Ritmo	Persistência
ARBITRAGEM	Adequação	Coerência	Consistência	Relacionamento
RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS/PROBLEMAS	Compreensão	Sistematização	Raciocínio	Reflexão
COMUNICAÇÃO MATEMÁTICA	Apropriação	Análise	Reflexão	Eficácia
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS	Apropriação	Análise	Reflexão	Eficácia
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO EM SALA DE AULA	Apropriação	Reflexão	Sistematização	Eficácia
COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E FALA (Para alunos c/Adaptações Curriculares Significativas)	Compreensão	Correção	Relacionamento	Reflexão
APRENDIZAGEM GERAL E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS (Para alunos c/Adaptações Curriculares Significativas)	Responsabilidade	Apropriação	Aplicação	Persistência
REALIZAÇÃO DE TAREFAS (Para alunos c/Adaptações Curriculares Significativas)	Destreza	Persistência	Organização	Adequação
DOSSIÊ DE TRABALHO E CADERNO DA DISCIPLINA (Para alunos c/Adaptações Curriculares Significativas)	Compleitude	Organização	Correção	Reflexão

Na elaboração das rubricas de avaliação devemos ter presente que, em geral, incluem quatro elementos:

- a) a descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação;
- b) os critérios;
- c) os níveis de descrição do desempenho relativamente a cada critério (normalmente entre 3 a 5 níveis);
- d) a definição de uma escala que atribui a cada nível de desempenho uma dada menção.

Apresentaremos no anexo 1 deste referencial, um conjunto de exemplos de rúbricas respeitantes a diferentes critérios, conforme exemplo abaixo (modelo de rúbrica com três níveis).

Rubrica de Avaliação da EXPRESSÃO ORAL (exposição/apresentação oral; dramatização; role-play; ...) em Línguas Estrangeiras					
CrITÉRIOS	NÍVEIS DE DESEMPENHO (Standards)				
	5	4	3	2	1
Rigor	Apresenta: - Informação relevante com vocabulário diversificado e de acordo com o tema proposto/a abordar. - Organização do trabalho estruturado de forma sequencial.		Apresenta, informação geralmente relevante e vocabulário diversificado. E Apresenta falhas na estruturação do trabalho.		Apresenta informação pouco relevante e vocabulário desajustado, pobre, repetitivo. E Não estrutura o trabalho.
Fluência	Comunica com espontaneidade/facilidade de expressão; Eventuais e breves pausas para reestruturar o discurso		Comunica com pouca facilidade de expressão; Eventuais e breves pausas para reestruturar o discurso.		Comunica com dificuldade de expressão; Frequentes e prolongadas hesitações e pausas.
Adequação	Usa o discurso exigido pela situação de comunicação; Dicção clara, audível e ritmo adequado		Apresenta falta de adequação à situação de comunicação; Dicção pouco clara e ritmo pontualmente desajustado.		Apresenta total desadequação à situação de comunicação; Dicção de difícil compreensão e ritmo desajustado.
Correção	Respeita: - As convenções ao nível do discurso; - As estruturas da língua; - As estruturas gramaticais; Revela: - Boa pronúncia da língua estrangeira; - Bom domínio dos mecanismos de coesão.		Apresenta falhas em 2 aspetos referidos, que não impedem a comunicação.		Apresenta falhas que deturpam a comunicação.

Autoavaliação

A Autoavaliação deve assumir-se como uma prática regular através da qual, por referência a critérios de avaliação e com o apoio do professor, os alunos sejam capazes de compreender as suas dificuldades e envolver-se na procura de soluções para as superar (*ver modelo na pg. 19*).

Heteroavaliação

Sendo a Heteroavaliação uma estratégia que promove a responsabilidade partilhada entre o aluno, o professor e os pares, implicando-os no processo de ensino, aprendizagem e avaliação, deve ser fomentada sempre que se considere oportuno.

III. Ponderações por domínio

Conceito de domínio

“Um **domínio** é um corpo de conhecimento, definido social e teoricamente como o conhecimento de um grupo de pessoas que compartilha comprometerimentos ontológicos e epistemológicos” (Hjørland, B. Domain analysis. *Knowledge Organization*, v. 44, n.º 6, pp. 436-464, nov. 2017).

É um organizador concetual (que pode ser comum a diferentes disciplinas), que relaciona conceitos e práticas de estudo, unidos por uma linguagem comum e que são um apoio à decisão estratégica. Estão orientados por critérios e especificam-se em Áreas, Subáreas e Temas.

Ponderações por domínio

Os domínios estão implícitos ou explícitos nas Aprendizagens Essenciais de cada disciplina, devendo os Departamentos submeter a aprovação do Conselho Pedagógico os domínios estruturantes (por norma três ou quatro) de cada área de saber, com respetivas ponderações.

A eles deverão **ser associadas preferencialmente rubricas para avaliação sumativa**, com vista à atribuição de uma classificação, assim como os critérios que orientam essa avaliação e as áreas de competências para que remetem, segundo o esquema a seguir apresentado que inclui também a utilização de questionários:

Ano Letivo: Ano de Escolaridade:	DEPARTAMENTO DE Disciplina:	Curso
---	--	--------------

Domínios/Módulos/UFCD	Ponderações	Processo de recolha de informação para utilização sumativa, com vista à classificação dos alunos	Critérios de Avaliação	Áreas de competência do PASEO
		Rubricas		
		Questionários (orais e escritos)		

As ponderações por domínio integram, organizadas por Departamento Curricular, o Anexo 2 a este Referencial, dele fazendo parte integrante.

Áreas de competências do PASEO	Valores
A - Linguagens e textos B - Informação e comunicação C - Raciocínio e resolução de problemas D - Pensamento crítico e pensamento criativo E- Relacionamento interpessoal F - Desenvolvimento pessoal e autonomia G - Bem-estar, saúde e ambiente H - Sensibilidade estética e artística I - Saber científico, técnico e tecnológico J - Consciência e domínio do corpo	Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se pauta a cultura da escola, a seguir enunciados: a - Responsabilidade e integridade b - Excelência e exigência c - Curiosidade, reflexão e inovação d - Cidadania e participação e - Liberdade

Nos casos em que não se utilize rubricas ou questionários:

Domínios/Módulos/U FCD	Ponderações	Descritores de desempenho O aluno deve ser capaz de:	Processo de recolha de informação para utilização sumativa, com vista à classificação dos alunos	Áreas de competência do PASEO e valores
		Adquirir um conjunto de aprendizagens disciplinares essenciais, definidas por anos de escolaridade, tendo em vista as aprendizagens a atingir no final de cada ano/ciclo com referência às Aprendizagens Essenciais e ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Ao longo do desenvolvimento das AE, o aluno deverá revelar atitudes de Interesse/ Empenho/Iniciativa/Organização; Responsabilidade; Comportamento/Cooperação/ Sociabilidade, Autonomia.	Rubrica, relatório, composição, ensaio, apresentação oral, debate, resolução de um problema, trabalho individual/ pares/grupo, ficha de trabalho, minificha, questão aula, intervenções, atividade experimental, teste ...	A, B, C, D, E, F, G, H, I, J (de acordo com as AE) a, b, c, d, e

Já no que respeita à avaliação formativa propõe-se a utilização do seguinte modelo:

Ano Letivo: Ano de Escolaridade:	DEPARTAMENTO DE Disciplina:	Curso
---	--	--------------

Domínios	Peso relativo	Descritores de desempenho	Processos de recolha de informação	Níveis de desempenho (3 a 5)		
Domínio 1	Tarefa 1		Rubricas, relatório, questionário, fichas de trabalho, teste, apresentação oral, ensaio, trabalho de grupo,	1	2	3
Domínio 2	Tarefa 2			1	2	3
...

Fichas de Autoavaliação

Com base nos domínios identificados, serão organizadas as fichas de autoavaliação dos alunos. Nelas, os alunos sistematizam a sua autoavaliação, por domínio, com especificação do tema e/ou conteúdo, através do preenchimento individual, pelo menos no final de cada período, da seguinte matriz:

DEPARTAMENTO DE Disciplina: Módulo/UFCD n.º: -				Curso: Ano Letivo:											
Ano/Turma: _____															
Nome: _____ N.º: _____															
Aprendizagens (Essenciais) que desenvolvi	1.º Período				2.º Período				3.º Período						
	Níveis de Consecução				Níveis de Consecução				Níveis de Consecução						
	Sem Falhas	Com falhas que			Sem Falhas	Com falhas que			Sem Falhas	Com falhas que					
		reformulei sozinho	só reformulei com o apoio do professor	ainda não consegui reformular		reformulei sozinho	só reformulei com o apoio do professor	ainda não consegui reformular		reformulei sozinho	só reformulei com o apoio do professor	ainda não consegui reformular			
<i>Domínio -</i>															
<i>Domínio -</i>															
<i>Domínio -</i>															

IV. Política de classificação da Escola

Conceito de Classificação

Neste ponto se definirão os contextos de avaliação sumativa com propósitos de **classificação**, isto é, as características e os princípios do **sistema de classificação** (a forma como os docentes devem **mobilizar os resultados da avaliação sumativa para atribuição de uma classificação**), na certeza de que os critérios de **classificação** ou a distribuição de ponderações são meras técnicas, mais ou menos arbitrárias, mais ou menos intuitivas, que se utilizam para atribuir classificações.

Classificar é, assim, aplicar um algoritmo, um procedimento aritmético a partir das ponderações atribuídas aos domínios, de acordo com os processos de recolha de informação explicitados, para cada disciplina, que resulta na atribuição de um número de uma dada escala.

Regras para a Classificação dos Desempenhos dos Alunos

São as seguintes regras para a realização de avaliações sumativas orientadas para a atribuição de classificação aos alunos:

1. Em cada período (ou módulo, no EP), deverá ser operacionalizada, no mínimo, uma rubrica de avaliação com utilização sumativa orientada para a classificação, sendo que, para cada domínio em que o aluno não tenha conseguido, no período a que se reporta o balanço, ultrapassar as suas dificuldades, é necessário prever, no período seguinte, momentos em que os dados obtidos são analisados para distribuir *feedback* pelos alunos, tendo em vista a regulação e autorregulação das suas aprendizagens (utilização formativa dos dados de avaliação sumativa) e em que os alunos são chamados a mostrar os seus progressos.
2. As tarefas com utilização sumativa orientada para a classificação deverão ser calendarizadas de modo a não ser marcada mais do que uma por dia.
3. As rubricas só deverão ser utilizadas para avaliação sumativa orientada para a classificação depois de feita a sua apropriação pelos alunos, em situações de avaliação formativa e sumativa não orientada para a classificação.

4. Nas práticas de avaliação sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificações aos alunos, é necessário fazer corresponder aos diferentes níveis de desempenho dos critérios de avaliação um padrão (*standard*) que permita determinar o nível de consecução de cada critério, escolher um processo de recolha de informação que permita *medir* as aprendizagens alcançadas, e, finalmente, analisar estes resultados para poder tomar decisões. A escala a utilizar deve resultar um total de 200 pontos/20 valores nos Cursos Científico-Humanísticos e nos Cursos Profissionais de nível secundário, e de 100% no Ensino Básico.

Exemplo possível de aplicar no caso de utilização de rubricas:

Níveis de desempenho	O aluno:
5	Mostra ter desenvolvido todas as aprendizagens essenciais previstas.
4	Apresenta falhas que é capaz de reformular, com sucesso, com orientação do professor.
3	Apresenta falhas que implicam apoio direto do professor no processo de trabalho.
2	Apresenta falhas que exigem mudança na estrutura dos conhecimentos.
1	Apresenta falhas que exigem mudança nas suas representações e hábitos.

5. Os dados de avaliação sumativa orientados para a classificação deverão seguir o princípio da diversificação, pelo que nunca poderá o professor basear a sua recolha de informação apenas em “teste” ou “ficha”. Pelo menos deverá também operacionalizar uma rubrica autónoma, em cada disciplina, por período ou UFCD/módulo, como processos de recolha de informação para a utilização sumativa, com vista à classificação dos alunos.

6. Os critérios de avaliação e as ponderações por domínio são operacionalizados pelo Conselho de Turma, que analisa as classificações propostas por cada professor relativamente à disciplina que leciona, sendo esta estrutura responsável pela classificação atribuída ao aluno no final de cada período.

7. Nas práticas de avaliação sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificações aos alunos deve ser explicitada a cotação obtida pelos alunos, sendo a seguinte a correspondência entre as escalas qualitativa e quantitativa:

Ensino Básico					
Menção qualitativa	Fraco	Não Satisfaz	Satisfaz	Satisfaz Bem	Satisfaz Muito Bem
Menção quantitativa (níveis de 0 a 5)	1	2	3	4	5
Escala percentual	0 - 19	20 - 49	50 - 69	70 - 89	90 - 100

Ensino Secundário					
Menção qualitativa	Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Menção quantitativa (de 0 a 20 valores)	0 - 7	8 - 9	10 - 13	14 - 17	18 - 20

8. Níveis de desempenho a considerar aquando das práticas de avaliação sumativa:

Ensino básico	Ensino Secundário	Descritores de desempenho
Satisfaz Muito Bem Nível 5	Muito Bom 18 - 20	O aluno conseguiu atingir na totalidade os conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas aprendizagens essenciais, evidenciando não ter qualquer dificuldade na disciplina. Tendo em conta o ano de escolaridade, o aluno demonstra poder adquirir, no final da escolaridade obrigatória, a plenitude das competências de conhecimentos, capacidades e atitudes.
Satisfaz Bem Nível 4	Bom 14 - 17	O aluno conseguiu atingir a maior parte dos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas aprendizagens essenciais, evidenciando ter muita facilidade na disciplina. Tendo em conta o ano de escolaridade, o aluno demonstra poder adquirir, no final da escolaridade obrigatória, a maior parte das competências de conhecimentos, capacidades e atitudes.
Satisfaz Nível 3	Suficiente 10 - 13	O aluno conseguiu atingir, de forma satisfatória, uma parte dos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas aprendizagens essenciais, evidenciando ter pequenas dificuldades na disciplina. Tendo em conta o ano de escolaridade, o aluno demonstra poder adquirir, no final da escolaridade obrigatória, de forma satisfatória, uma parte das competências de conhecimentos, capacidades e atitudes.
Não Satisfaz Nível 2	Insuficiente 8 - 9	O aluno ainda não conseguiu atingir os conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas aprendizagens essenciais, evidenciando ter dificuldades na disciplina. Tendo em conta o ano de escolaridade, o aluno demonstra algumas dificuldades em adquirir, no final da

		escolaridade obrigatória, uma parte das competências de conhecimentos, capacidades e atitudes.
Fraco Nível 1	Fraco 0 - 7	O aluno não conseguiu atingir os conhecimentos, capacidades e atitudes previstas nas aprendizagens essenciais, evidenciando ter muitas dificuldades na disciplina. Tendo em conta o ano de escolaridade, o aluno demonstra muitas dificuldades em adquirir, no final da escolaridade obrigatória, uma parte das competências de conhecimentos, capacidades e atitudes.

9. A nível das atitudes e valores foram definidos os critérios expressos na tabela abaixo, tendo sido criada uma rúbrica com finalidade formativa e sumativa, a ser utilizada por todos os departamentos e que integra o anexo 1.

ATITUDES E VALORES		
CRITÉRIOS		Áreas de competência do PASEO
RESPONSABILIDADE E COMPORTAMENTO	• PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE	D – Pensamento crítico e pensamento criativo E – Relacionamento interpessoal F – Desenvolvimento pessoal e autonomia G – Bem-estar, saúde e ambiente
	• CUMPRIMENTO DE REGRAS/TAREFAS	
	• MATERIAIS DE TRABALHO	
PARTICIPAÇÃO	• MOTIVAÇÃO E EMPENHO	
	• AUTONOMIA	
	• PARTICIPAÇÃO ATIVA	
CIDADANIA, LIBERDADE E RESPEITO	• RESPEITO E TOLERÂNCIA	
	• RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	
	• COOPERAÇÃO PARA O BEM COMUM	

10. A classificação de final de cada período letivo e ano resulta do juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, assegurando-se o Conselho de Turma de que foram dadas aos alunos oportunidades de recuperar aprendizagens não realizadas, já que a retenção deve ter carácter excepcional, tal como explicitado no ponto 1 destas regras de classificação dos desempenhos dos alunos.

11. O algoritmo para atribuição da classificação de cada período/ano, no EB e CCH é definido e aprovado pelo conselho pedagógico no início de cada ano letivo após análise das propostas dos vários departamentos.

12. No ensino profissional a classificação de cada módulo corresponde à média ponderada dos resultados obtidos nas avaliações sumativas de cada domínio.

13. A classificação do ano será, em cada disciplina, no Ensino Básico nos Cursos Científico-Humanísticos, a do 3.º período.

Outros procedimentos

Atendendo ao que foi sendo determinado ao longo deste referencial referem-se agora algumas indicações práticas:

Para além dos critérios gerais de avaliação e das recomendações do Conselho Pedagógico, os professores devem ter em conta os critérios específicos para cada disciplina, previamente aprovados em reunião de Departamento Curricular/área disciplinar e no Conselho Pedagógico.

No início de cada ano letivo, o professor de cada disciplina dá a conhecer aos alunos os critérios e os processos de recolha de avaliação que irá utilizar ao longo do ano.

A data de realização dos processos de recolha de informação sumativa deve ser acordada atempadamente com os alunos, não devendo ultrapassar o máximo de três por semana.

Os alunos devem conhecer toda a informação relevante acerca do processo de recolha de informação que irão realizar (estrutura, duração, domínios, aprendizagens, ponderação).

Os alunos devem tomar conhecimento da classificação obtida nos diferentes processos de recolha de informação, no prazo máximo de 10 dias úteis após a sua realização.

Não pode ser realizado o mesmo processo de recolha de informação sem que os alunos tenham recebido *feedback* do anterior, tendo acesso à respetiva correção, oralmente ou por escrito. O professor deverá orientar os alunos com vista a atividades de remediação ou reforço.

Na última semana de cada período não se podem realizar processos de recolha de informação, exceto às disciplinas com um único bloco semanal. Nestes casos é obrigatório proceder à entrega e correção dos mesmos.

Cada Diretor de Turma deve informar os alunos e encarregados de educação da sua Direção de Turma sobre os critérios gerais de avaliação, no início do ano letivo.

Os critérios gerais e específicos estão à disposição de toda a comunidade no site do CEF.

É obrigatório colocar no enunciado de todos os processos de recolha de informação a cotação de cada questão.

Sempre que o professor e/ou a equipa pedagógica assim o entenda ou o aluno o solicitar deve ser fornecida ao aluno a cotação atribuída a cada questão, prestando-se os respetivos esclarecimentos, no sentido de clarificar a classificação atribuída.

No final de cada período letivo, os alunos, na posse de todos os elementos de avaliação sumativa, realizam a sua autotranscrição.

Nas atas das reuniões de avaliação devem ficar registadas todas as decisões e respetiva fundamentação, todas as situações de avaliação que o professor ou o conselho de turma entendam justificar, bem como as estratégias de remediação a desenvolver.

Disposição Final

Os casos omissos serão objeto de decisão por parte da Direção, ouvido, sempre que se considerar necessário, o Conselho pedagógico.

01 de setembro de 2021